

Jurista: Aplicação da Carta é gradual

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, preferiu não comentar algumas críticas ao anteprojeto, mas afirmou que “a Constituição não é feita para ser aplicada em todos os seus termos, e sim para ser uma norma que progressivamente vai se tornando possível aplicar”.

— Estamos atravessando uma fase de transição, de crise, e não se pode fazer uma Constituição para cada etapa da crise.

A declaração do jurista foi a resposta a uma indagação sobre a aplicabilidade das normas contidas no anteprojeto, como por exemplo as do capítulo relativo aos direitos individuais. Quanto às restrições do Governo e do empresariado à mudança do regime presidencialista para semiparlamentarista e ao caráter estatizante do texto, Afonso Arinos disse que se procurou oferecer condição para que a economia esteja ligada ao progresso social.

Arinos acredita que o anteprojeto será aperfeiçoado pelo futuro Congresso.

Para o jurista, o tamanho do anteprojeto - 568 artigos, incluindo as disposições transitórias — não tem nada que ver com seu significado. Ressaltou que a Constituição americana não é aquele texto aprovado na Convenção de Filadélfia contendo poucas páginas: “a Constituição Americana é toda a Jurisprudência da Suprema Corte”.